



CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 7/12/2008

JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

Prova Discursiva
Parte I

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, verifique se ele contém dez questões discursivas, correspondentes à prova discursiva — parte I, acompanhadas de páginas para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não será permitida a utilização de códigos comentados, anotados ou comparados, anotações pessoais, manuscritas ou impressas, revistas, livros de doutrina, livros de modelos de petições, dicionários ou qualquer outro material de consulta, **abrindo-se exceção** à consulta a legislação não comentada, não anotada e não comparada, súmulas, jurisprudências, impressos da Internet (somente atualizações dos códigos e Leis), códigos, leis de introdução dos códigos, exposição de motivos, instruções normativas, regimento interno, simples remissão a artigos, simples utilização de marca-texto ou traço ou índice e(ou) índice remissivo.
- 7 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 8 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 10 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I 30/12/2008 – Resultado provisório da prova discursiva – partes I e II: Diário de Justiça do Estado de Alagoas e Internet.
- II 31/12/2008 e 2/1/2009 – Recursos (prova discursiva — partes I e II): em locais que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- III 29/1/2009 – Resultado final da prova discursiva — partes I e II — e convocação para a prova prática: Diário de Justiça do Estado do Alagoas e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 19 do Edital n.º 1 – TJAL, de 27/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tjal2008.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA – PARTE I

- Nesta parte da prova — que vale **cinco** pontos, sendo **meio** ponto para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA – PARTE I**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na página de texto definitivo correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso os textos exijam identificação, utilize apenas o nome **Juiz de Direito**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.

QUESTÃO 1

Acerca da hermenêutica constitucional, conceitue e diferencie o princípio da interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Acerca do controle de constitucionalidade, conceitue as expressões “bloco de constitucionalidade” e “inconstitucionalidade por arrastamento”.

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Discorra acerca das velocidades do direito penal, abordando especialmente o direito penal de terceira velocidade, citando exemplos e reflexos, quer no direito penal, quer no direito processual penal.

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Discorra acerca do crime previsto no art. 89 da Lei n.º 8.666/1993 abordando, necessária e fundamentadamente, com base na jurisprudência mais recente do STJ, aspectos sobre o elemento subjetivo do tipo e sobre a necessidade de comprovação de dano ao erário para a consumação do crime.

RASCUNHO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 5

Roberto e Tales foram denunciados pela prática do crime de homicídio simples contra a esposa de Tales. Narra a denúncia que Tales praticou o crime e Roberto foi partícipe, na medida em que dirigiu o veículo em fuga, enquanto Tales efetuou os disparos contra a vítima. Tales foi julgado antes de Roberto, em maio de 2008, tendo sido absolvido, porque os jurados, por 5 votos a 2, responderam negativamente ao quesito atinente à materialidade. Quando do julgamento de Roberto, em junho de 2008, renovou-se o quesito atinente à materialidade, tendo os jurados respondido afirmativamente, por 4 votos a 3.

Discorra acerca da conduta a ser tomada pelo juiz presidente diante da situação hipotética descrita. Fundamente a sua resposta.

RASCUNHO – QUESTÃO 5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 6

João intentou ação em que pretende a anulação da venda de um carro de Ana sua devedora, a Pedro. Alegou que a venda foi realizada apesar de Pedro saber que Ana, em virtude das dívidas resultantes de seu tratamento de saúde, não possuía dinheiro suficiente para pagar suas dívidas e o negócio agravaria a já configurada incapacidade de o patrimônio da vendedora garantir todas as dívidas pendentes, o que acarretaria defeito do negócio. Pedro e Ana foram arrolados como litisconsortes passivos e, após regular citação, alegaram que estavam cientes da situação financeira da vendedora e que o negócio era válido, pois o veículo fora vendido pelo valor de mercado, estando, assim, ausente a lesão ou qualquer outro defeito, já que o autor não apontara dispositivo legal que sustentasse sua alegação.

Diante dessa situação hipotética, apresente a solução que o juiz deve aplicar à questão da anulação do negócio, fundamentando a resposta com referência aos dispositivos legais aplicáveis.

RASCUNHO – QUESTÃO 6

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 7

Após acidente automobilístico, o lesado ajuizou ação cível contra um dos condutores envolvidos e teve seu pedido de reparação regularmente processado, até que, antes da decisão final, peticionou nos autos informando que foi proferida sentença criminal condenatória e com trânsito em julgado, na qual o juiz condenou o réu condutor do veículo a pena privativa de liberdade pelos mesmos fatos. Ouvido acerca da petição do autor, o réu requereu o processamento regular do feito ante o argumento de que as responsabilidades são independentes e que a prova necessária ao processo cível pode ser diferente daquela necessária ao processo criminal.

Considerando essa situação hipotética, aponte qual a solução jurídica adequada à condução do processo, abordando tanto os aspectos cíveis, quanto os de direito processuais civis.

RASCUNHO – QUESTÃO 7

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 8

Discorra acerca da relação entre discricionariiedade administrativa e princípio da impessoalidade.

RASCUNHO – QUESTÃO 8

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 9

Disserte, de forma clara e precisa, acerca da Teoria dos Motivos Determinantes e exemplifique sua aplicação.

RASCUNHO – QUESTÃO 9

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 10

Redija um texto dissertativo acerca de contrato de gestão, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito;
- ▶ objetivos almejados com a sua utilização;
- ▶ princípio constitucional que esse instrumento visa a atender.

RASCUNHO – QUESTÃO 10

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	